



O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO SUL DO BRASIL

Erica Karnopp
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Olgário Paulo Vogt
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Virginia Elisabeta Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Rogis Bernardy
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

Resumo

Neste artigo analisa-se o conceito de território na perspectiva do desenvolvimento de agroindústrias familiares no sul do Brasil. Como objeto empírico de análise elegeu-se as agroindústrias familiares localizadas nas regiões do Vale do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul e do Oeste Catarinense, no Estado de Santa Catarina, e suas implicações na dinâmica de organização territorial. A escolha do segmento agroindústrias familiares e das regiões em pauta justifica-se por pertencerem, em sua maioria, a regiões com limitantes econômicos e por serem mecanismos de desenvolvimento importantes para a inclusão social em regiões que tiveram similaridades em sua gênese de ocupação e trajetória institucional e econômica. Desta forma, a pesquisa caracteriza-se como uma investigação analítico-explicativa cuja abordagem, formulação e resolução da problemática, bem como a análise e interpretação dos dados alicerçam-se, dentre outras, nas contribuições teóricas e metodológicas desenvolvidas por Milton Santos. Entende-se ainda que além da valorização da produção do conhecimento, baseado nas contribuições científicas, produto da objetividade da ciência, deve-se considerar as contribuições empíricas e subjetivas presentes no movimento historicamente produzido pela sociedade. A pesquisa se desenvolve em parceria, entre a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), ambas localizadas na região sul do Brasil, e possui o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras Chave: território, desenvolvimento, agroindústrias familiares.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos procuram evidenciar os aspectos positivos da forma de organização da produção agrícola familiar, a qual ocorre através do sistema associativo, destacando sua capacidade de resposta frente às políticas públicas. No entanto, ao observar mais atentamente os processos produtivos, os mecanismos de comercialização ou mesmo de industrialização da produção, percebe-se um atrelamento dos agricultores às grandes empresas, vinculadas ao processo da *Revolução Verde*, que atuam fortemente à montante e à jusante da produção agrícola.



Neste sentido, as particularidades da agricultura familiar, sua fragmentação em diversas tipologias e sua irregular organização política e produtiva são um desafio a ser enfrentado pelos próprios agricultores, pelas políticas públicas e também pelas Universidades que precisam se aproximar desta realidade, para poder colaborar na construção de práticas sustentáveis.

Contudo, constata-se que o modelo de desenvolvimento econômico construído a partir da década de 1950, através da implementação da Revolução Verde e do correspondente pacote tecnológico, foi pautado em uma política homogeneizadora que, por muitos anos, ocultou a capacidade de organização dos agricultores, retirando-lhes poder de decisão e colocando-os como meros receptores de tecnologias e políticas. Embora este processo tenha efetivamente aumentado a produtividade agrícola, trouxe como um dos desdobramentos sociais mais evidentes a redução da capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção, provocando ainda mais a marginalização de suas iniciativas.

Desta forma, é necessário salientar que a Revolução Verde não foi pacificamente absorvida pelos agricultores. Processos de resistência e construção de alternativas foram construídos em diferentes temporalidades, com repercussões diversas. Em todos, no entanto, o que se observa, é a menor ou maior capacidade das lideranças e dos agricultores em analisar a realidade e construir respostas adequadas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Um desses processos de resistência e busca de alternativas está no número crescente de agroindústrias familiares, que vêm sendo constituídas em todas as regiões do Brasil. Porém, por serem, na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, elas enfrentam enormes dificuldades de organização e de gestão, o que compromete a sua sustentabilidade. Este cenário pode se agravar, uma vez que estas modalidades de organizações estão, via de regra, localizadas em locais periféricos quanto à produção de culturas mais integradas aos mercados, em pequenas propriedades com mão de obra familiar.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise de agroindústrias familiares, tendo como elemento norteador o território, a partir de um estudo comparativo das regiões – Vale do Rio Pardo/RS e Oeste Catarinense/SC.

Finalmente, considera-se que as dificuldades e os limites existentes na organização dos agricultores, como os aspectos legais e organizacionais das agroindústrias devem ser relativizados e vinculados às questões políticas e históricas desse setor, bem como, com



sua capacidade de articulação regional e nacional na construção de redes eficazes de apoio mútuo. Compreendê-las através de um viés interdisciplinar, destacando suas características e tendências mais recentes a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura familiar, é o que motiva esta pesquisa.

1 O território na perspectiva do desenvolvimento de agroindústrias familiares

A configuração do mundo rural no sul do Brasil foi fortemente influenciada pela imigração europeia ao longo do século XIX. Em suas regiões de origem (Europa Central, atual Alemanha e Polônia, Península Itálica, entre outras) essas populações vinham enfrentando a fome e a miséria, decorrentes da desestruturação do Modo de Produção Feudal (que se deu tardiamente nessas regiões, quando comparadas à Inglaterra ou à França), e da estruturação de formas de produção capitalistas, expressas na intensificação do uso da terra, o que condicionava inúmeras famílias de camponeses à migração, em busca de sobrevivência.

Nesse contexto surge a possibilidade de migrar para o Novo Mundo, a América. Havia, entretanto, uma motivação central que colocou essas populações em movimento e que as levou a emigrar, que era a possibilidade do acesso à propriedade da terra. Para compreender e avaliar a dimensão dessa promessa é preciso compreender que se tratava de populações que traziam a herança de terem vivido durante séculos na condição de servos, no contexto do feudalismo e, posteriormente, na condição de camponeses, condições essas que os privavam da possibilidade do acesso à propriedade da terra.

A propaganda da emigração, realizada pelos agentes especialmente enviados à Europa para essa finalidade, tinha na questão da promessa do acesso à propriedade da terra o seu principal argumento: “Se a promessa de se tornarem proprietários se colocava como o mais intenso motivador da aventura emigratória, a terra vai constituir-se no bem maior do colono” (TRAMONTINI, 1994, p.55).

Uma vez instalados nas “suas” terras no sul do país, os colonos embrenhavam-se na mata para abrir as primeiras clareiras, construir abrigos e lançar sementes à terra para produzir alimentos.

Com famílias numerosas, era necessário produzir mais e mais alimentos para prover a subsistência dos filhos, muitas vezes em número superior a uma dezena. À medida que se ambientavam na “nova vida” e a produção aumentava, passaram a diversificar a produção e



a produzir excedentes, a serem vendidos em algum mercado próximo. Mas havia uma preocupação central: era preciso guardar alimentos para eventuais períodos de intempéries ou de escassez e para isso era preciso desenvolver técnicas de conservação. É nesse contexto que surgiu, por exemplo, a forma mais difundida nas colônias de conservação da carne de porco. A carne era frita em tachos de ferro e depois colocada em vasilhames, imersa na própria banha resultante do processo de fritura e ali era conservada por meses.

Outras formas de conservar alimentos, principalmente entre os imigrantes alemães, era o preparo do chucrute (Sauerkraut), utilizando o repolho picado, o qual era prensado em vasilhames em camadas alternadas com sal. Depois de passar por um processo de fermentação, era consumido cru ou cozido no vapor.

Além desses, havia também a preocupação em conservar frutas, cuja sazonalidade limitava o seu aproveitamento *in natura*. Para tanto, utilizavam técnicas de desidratação, para depois expô-las ao sol para secarem. Assim, as frutas poderiam ser utilizadas em outras épocas do ano para preparação de sobremesas ou de doces.

Isso faz com que, na atualidade, para os agricultores familiares, a industrialização de produtos agropecuários não seja nenhuma novidade, pois faz parte de sua história, cultura e identidade. A transformação dos produtos que era para consumo da própria família e dificilmente comercializado nos mercados locais, e muitas vezes, trocados com parentes e vizinhos, podem ser agroindustrializados produzindo conservas, defumados, bebidas, entre outros. Na atualidade, isto é realidade de muitos agricultores, mas não em números tão expressivos, já que a monocultura tomou o tempo e o espaço de muitas famílias que se envolvem em atividades agrícolas. (TRENTIN, 2002).

No contexto histórico, os imigrantes trouxeram de suas origens europeias, a bagagem cultural, as práticas da ajuda mútua, o trabalho associativo e as atividades familiares, além do gosto pelo trabalho comunitário. Partindo desses princípios, fortaleceram as práticas da cooperação, difundidas no sul do Brasil, em diferentes temporalidades (no caso da região do Vale do Rio Pardo no século XIX e do Oeste Catarinense, a partir da segunda metade do século XX).

Assim, a partir de meados da década de 1990 observa-se um aumento significativo na oferta de produtos agroindustrializados, sobretudo nas feiras livres e em vendas diretas aos consumidores, de produtos advindos de cooperativas e associações ligadas aos agricultores familiares. Através desse processo observa-se uma crescente agregação de valor à produção primária, viabilizando o aumento da renda nas unidades familiares, bem

como o incremento à diversificação da produção e ao resgate do “saber fazer”, ainda presente entre várias famílias da região sul do Brasil.

Essas constatações nos levam a repensar o conceito de território, não mais entendido como “palco” ou mero receptáculo, e sim como território usado, como propõem Santos (1999) e Santos e Silveira (2001). Ou seja, a definição e a análise de um dado território deverão “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 247). Essa ideia de território usado expressa a noção de mudança, de processo, de movimento, uma vez que: [...] é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto [...] como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p.19).

Outro fator que se deve valorizar é o processo de formação e estruturação do associativismo e, através dele, considerar e apreender a lógica e a dinâmica pelas quais os agentes sociais envolvidos se relacionam e utilizam o território. E ainda, termos presente que essas relações dinâmicas entre os agentes e segmentos da agricultura familiar, e entre esses e o território, se desenvolvem através de distintos tempos sociais e desde diferentes escalas espaciais, dando origem a arranjos particulares no território, entendidos como regiões.

Constata-se, assim, que a dinâmica impressa nos arranjos territoriais resulta da interação concomitante de fatores de ordem endógena e exógena. Nesse contexto é fundamental que as teorias e ações voltadas ao desenvolvimento regional produzam também reflexões teoricamente fundamentadas e apoiadas em experiências concretas, e demonstrem que têm capacidade de gerar contrapontos viáveis à globalização, sobretudo em termos de implicações para a vida rural, para a viabilidade da agricultura familiar e para a qualidade ambiental.

2 O contexto regional: um estudo comparativo

Atualmente a região do Vale do Rio Pardo/RS, uma das áreas estudadas nessa pesquisa, tem sua base econômica regida pela produção do tabaco, realizada por agricultores familiares em pequenas unidades de produção.



A região apresenta desigualdades internas relacionadas ao processo de formação territorial e em suas características socioculturais, políticas e econômicas. As experiências para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável ainda são bastante incipientes, tendo em vista que a produção do tabaco continua hegemônica, sustentada por uma agricultura familiar baseada nos princípios formatados pela “Revolução Verde”.

A região Oeste de Santa Catarina, que compõe a segunda área estudada, se destaca pela produção agrícola e agroindustrial, notadamente de suínos, aves, leite e derivados. Com apenas 25% da superfície estadual, produz cerca de 50% do valor bruto da produção agrícola do Estado.

Assim, ambas as regiões estudadas nessa pesquisa constituem-se em regiões com forte presença da agricultura familiar produtora de matérias primas para agroindústrias conectadas ao mercado global, característica essa que as torna emblemáticas no estudo da ação das forças globais e as repercussões no regional. As regiões destacadas podem ser visualizadas na Figura 1.

Neste sentido, as regiões em pauta são *lócus* privilegiados para ilustrar as dinâmicas socioeconômicas no território. O estudo empírico demonstrou que estas regiões são exemplos no estabelecimento de um sistema de integração agroindustrial entre os grandes complexos agroindustriais e a agricultura familiar. A busca de alternativas é evidenciada no número crescente de agroindústrias familiares que vêm sendo constituídas nas regiões em análise. Porém, por serem, na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, elas enfrentam enormes dificuldades de organização e de gestão, o que compromete a sua sustentabilidade.

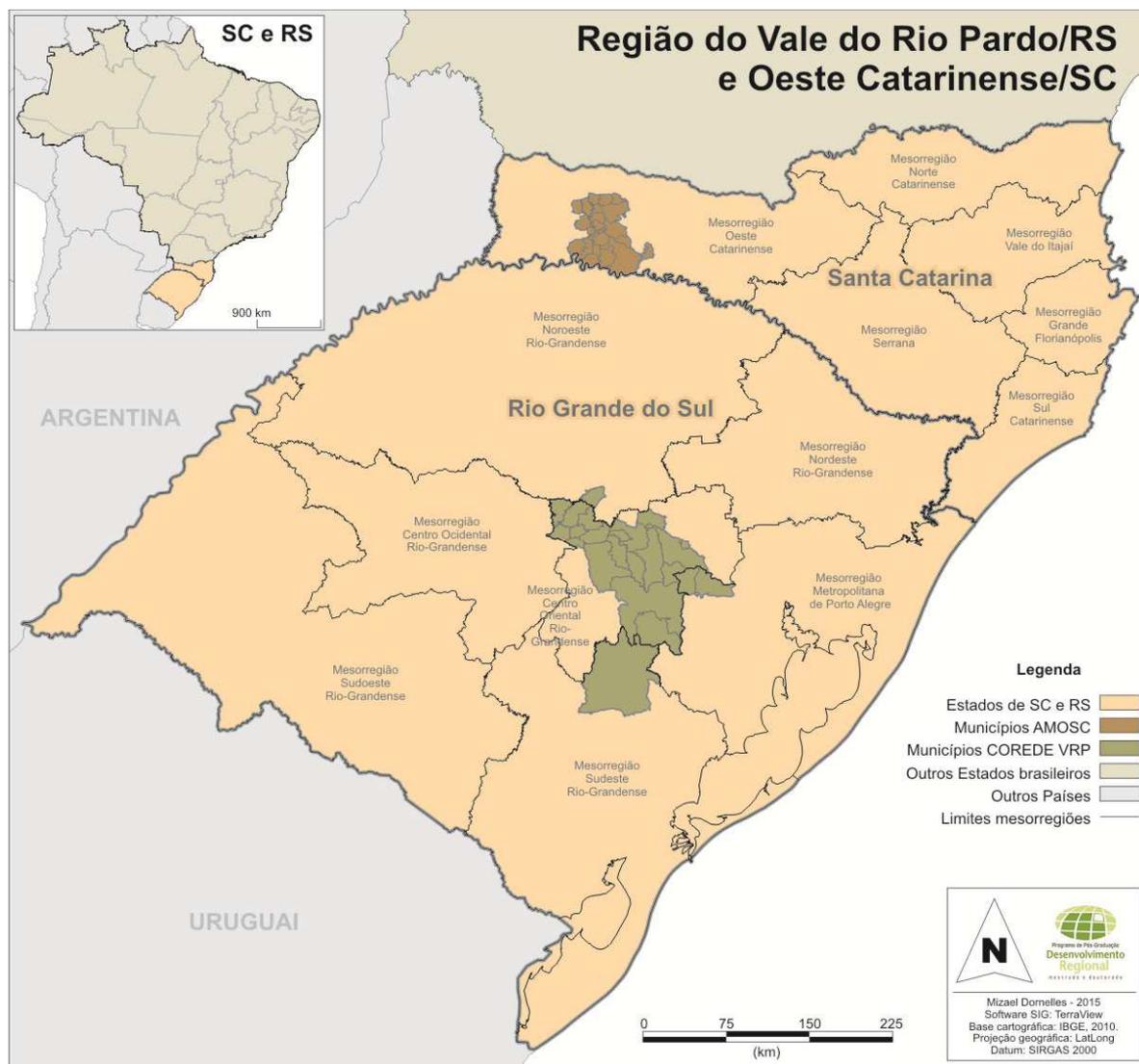
2.1 A região do Vale do Rio Pardo/RS

O Vale do Rio Pardo está localizado na porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A origem de seu nome está relacionada à existência do Rio Pardo, um dos afluentes da margem esquerda do Rio Jacuí, e que banha boa parte dos municípios da região.

Durante a primeira metade do século XVIII, as terras do atual Vale do Rio Pardo passaram a integrar as estâncias dos Sete Povos das Missões. No Sul, nas áreas de campo, dava-se a criação de gado, e na Encosta do Planalto, havia a extração de erva mate nativa por parte de índios missionários.



Figura 1 – Áreas de estudo - Região do Vale do Rio Pardo/RS¹ e Região do Oeste Catarinense/SC²



Fonte: adaptado a partir de IBGE, 2010.

¹ Região do Vale do Rio Pardo (RS) - 22 municípios de abrangência: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Conjuntamente, estes municípios abrangem uma área territorial de 13.255,7 km².

² Região da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense - AMOSC (SC) - 20 municípios de abrangência: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos Santiago do Sul, Serra Alta e Sul Brasil. Conjuntamente, estes municípios abrangem uma área territorial de 2.955 km².



Tendo o povoado de Rio Pardo como polo irradiador, a região constituiu-se em um dos mais antigos espaços de ocupação e de domínio luso em território do RS. A formação social do Vale do Rio Pardo está diretamente relacionada com a apropriação militar do território e a expansão da fronteira do Império Luso. O latifúndio, a criação extensiva de gado e a escravidão são algumas das heranças deixadas pelo seu passado que, posteriormente, pesaram sobre os ombros de sua população. Açorianos também contribuíram na formação social da porção meridional da região. Deslocados da Colônia do Sacramento e do litoral catarinense, eles chegaram ao RS para inicialmente povoarem a região dos Sete Povos das Missões. Em virtude da reação provocada pelos índios missioneiros e pela anulação do Tratado de Madri, casais açorianos foram assentados em diferentes localidades da Capitania. Na região, alguns se estabeleceram em terras hoje pertencentes aos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara e Vale Verde (FORTES, 1978).

Durante o século XIX, várias regiões do RS foram colonizadas por imigrantes de origem europeia. No Vale do Rio Pardo a partir de meados do século XIX, colonos alemães foram assentados em duas colônias instaladas e geridas pela Província. Incrustada no território do município de Rio Pardo surgiu, em 1849, a Colônia Santa Cruz. Localizada ao norte da Colônia Santa Cruz, em terras então sob a jurisdição de Taquari, foi fundada a Colônia Monte Alverne. No entorno dessas duas colônias oficiais surgiu um grande número de colônias particulares, dentre as quais Rincão del Rey, Germânia, Melos, Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre e Pinheiral. Ainda hoje é possível perceber traços marcantes da colonização alemã no Vale do Rio Pardo.

A Colônia Santa Cruz progrediu rapidamente, apesar das dificuldades que enfrentou com a falta de estradas para o escoamento da produção. O tabaco desde cedo se tornou o principal produto da economia não somente de Santa Cruz, mas de todas as colônias da circunvizinhança. Já a Colônia Monte Alverne não partilhou do mesmo êxito ficando seu progresso aquém do esperado pelas autoridades provinciais (VOGT, 2006).

Transcorridas algumas décadas, descendentes de imigrantes alemães espalharam-se pela região ocupando os vales dos rios Pardo, Pardinho, Castelhana e a Encosta do Planalto. Ali podiam ser encontrados nos pequenos núcleos urbanos que surgiam ou trabalhando em suas glebas, onde, mediante a intensiva utilização da força de trabalho familiar, obtinham produtos agrícolas para sua subsistência e para o mercado. A população de origem germânica influenciou fortemente na composição dos traços culturais da



população dos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo Sobrado, Vale Verde e Sinimbu.

Nas regiões de colonização germânica do RS não ocorreu uma mera reprodução da cultura alemã. Nas áreas colonizadas pela população de ascendência alemã surgiu, na realidade, uma cultura peculiar, de características próprias, que pode ser denominada de colonial. O abandono das indumentárias seculares típicas das regiões de origem dos imigrantes; a adoção do chimarrão como bebida; o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca; o hábito de se locomover a cavalo; o estilo da construção das casas e a prática de uma agricultura denunciada por Waibel (1979) como cabocla são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram que forjar para si novas regras de vida e de conduta (DREHER, 1984; ROCHE, 1969; WILLEMS, 1946). O que aqui é afirmado em relação à cultura dos colonos alemães pode ser estendido também para os de origem italiana que em bom número ocuparam parte da porção norte do Vale do Rio Pardo.

A região em estudo caracteriza-se por possuir marcante diversidade interna, oriundas do processo de sua formação e das características econômicas, sociais e culturais desenvolvidas ao longo do tempo. Pode-se afirmar que há, na realidade, três sub-regiões dentro do Vale do Rio Pardo: a porção Sul: área abrangida por médias e grandes propriedades, com o predomínio das atividades agropastoris, voltadas principalmente à pecuária e orizicultura. A densidade demográfica nas áreas rurais é pequena, típica de regiões de latifúndios. Integrada pelos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Candelária, Pantano Grande, Passo do Sobrado e Vale Verde; a porção Centro: constituída de pequenas propriedades é marcada pelo polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas. Formada pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Sinimbu e Vale do Sol; e a porção Norte: área de predomínio da pequena e média propriedade, com sérios problemas relacionados à alternativas econômicas que possibilitem a (re)produção do minifúndio. Integrada pelos municípios de Arroio do Tigre, Tunas, Boqueirão do Leão, Sobradinho, Segredo, Ibarama, Passa Sete, Gramado Xavier, Herveiras, Estrela Velha e Lagoa Bonita do Sul.

Ao longo do tempo, a cultura do fumo permitiu um acúmulo de capital, especialmente a partir do desenvolvimento de suas possibilidades de exportação, dando origem às atividades de beneficiamento e de industrialização deste produto nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Entretanto, este capital foi sendo concentrado pelas grandes indústrias transnacionais, que hoje controlam de forma oligopsônica todo o mercado



fumageiro. Decisivamente as corporações transnacionais têm um grande impacto no território.

É nesse contexto, de busca por alternativas de renda, que agricultores familiares vêm se dedicando à criação de pequenas agroindústrias. Existem, atualmente, cerca de 160 agroindústrias familiares na região, segundo informações da EMATER (2014). Destes empreendimentos, em torno de 40% são formais e 60% em processo de formalização ou informais. A informalidade limita o acesso ao mercado formal. O fator da informalidade também contribui para que os empreendedores produzam abaixo de sua capacidade. Como exemplos, podem ser citadas as agroindústrias familiares de produtos cárneos e panificados, de derivados da cana de açúcar, frutas e vitivinicultura, entre outras.

As iniciativas de formação e legalização de agroindústrias familiares surgiram na região com mais força na década de 1990, a partir de incentivos governamentais. No entanto, a exigência em termos legais para a formalização desestimulou grande parte das iniciativas, tendo em vista que as regras estabelecidas na legislação federal e estadual eram voltadas à realidade das agroindústrias de grande porte. Contudo, este cenário modificou-se a partir da Lei 13.840 de 2011, que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar.

2.2 A região do Oeste Catarinense/SC

O Oeste Catarinense teve um processo de ocupação que precedia aos imigrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul, em áreas de colonização induzida, representado pelos grupos de *Guaranis*, *Kaiganguese* fazendeiros que possuíam organizações sociais distintas. A base de sustentação destes grupos era o seminomadismo e a produção da pecuária bovina, respectivamente (WERLANG, 2002). Os primeiros aproveitavam os recursos disponíveis na região como a caça, a pesca e a coleta de frutas silvestres, aliado a uma incipiente agricultura disponível no território regional.

Em meados do século XX, houve a necessidade de integração do Oeste Catarinense ao território regional e nacional, em função de fatores como: aspectos geopolíticos pela disputa interna na guerra do Contestado e da liderança regional com a Argentina; a ampliação das bases produtivas do País e a “pressão por recursos naturais” em áreas de colonização (velha) no Rio Grande do Sul. Esses fatores proporcionaram um processo de inserção do Oeste Catarinense no processo de produção capitalista. Necessitou-se “substituir” os grupos sociais e suas respectivas organizações – inclusive o luso-brasileiro



ou caboclo, que tinha a principal atividade econômica na extração da erva mate – por “novas” formas de organização social – os colonos, sendo que as famílias controlavam os meios de produção e a execução do trabalho (RENK, 1999; BERNARDY, MONTEIRO e ZUANAZZI, 2008; KONRAD e SILVA, 2012).

Para integrar o Oeste catarinense ao desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina foram tomadas medidas que promovessem a colonização desta área, a partir da concessão de terras para as empresas colonizadoras, que antes da venda exploravam as madeiras nobres. Estas recebiam as terras do governo catarinense e deveriam promover a ocupação da área e a abertura de estradas para o transporte e deslocamento de colonos, e posteriormente do excedente da produção (BAVARESCO, 2005).

A inserção de novos grupos sociais – territorialização - aconteceu a partir da “sobreposição” aos grupos anteriores e não por fases sucessivas. As mesmas foram acompanhadas pela “periferização” dos índios e caboclos, tanto cultural e social quanto economicamente, uma vez que foram “confinados” em espaços geográficos sem aptidão, para as atividades da extração vegetal, da agricultura e da pecuária, evidenciando a segregação étnica na ocupação territorial do Oeste Catarinense (RENK, 1999).

A organização social dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul deu-se com o incentivo das colonizadoras, imobiliárias da época, que tiveram a incumbência de dividir o território em lotes similares em relação ao tamanho da área. Possuíam em torno de 25 ha e o formato tinha a testada estreita e o fundo alongado e utilizava, principalmente, como limites, os cursos d’água e os próprios divisores – cotas mais elevadas - proporcionando um desenvolvimento de sistemas agrários de acordo com as especificidades culturais do grupo e das potencialidades geográficas. (WERLANG, 2002).

Embora com uma caracterização regional determinada por uma vegetação densa, uma superfície declivosa e uma rede de drenagem distribuída sobre o território, os agricultores se aproveitaram da geografia da região para o desenvolvimento de suas atividades produtivas diversificadas (BAVARESCO, 2005).

Neste contexto, tornaram-se notáveis as determinações dos “colonos” que implantaram formas de uso do solo que constituíram uma territorialidade específica no Oeste Catarinense, organizada a partir da exploração da madeira existente junto aos cursos d’água e das áreas de erva mate. Nesse contexto, as artérias e/ou vias para o deslocamento da matéria-prima eram representadas pelos cursos d’água, especialmente o Rio Uruguai, que ligava esse território ao porto do Rio da Prata, na Argentina.



Na década de 1940, novas atividades econômicas foram organizadas e difundiram-se no território do Oeste. Parte estava atrelada à agropecuária - milho, batata, trigo, batata-doce, cana de açúcar, feijão e mandioca, frangos, suínos e bovinos - a partir da policultura, e representavam a possibilidade de sobrevivência, pela subsistência alimentar que proporcionava aos grupos sociais e troca (escambo) ou incipiente comercialização do excedente. A esses grupos eram impostas diversas dificuldades, como a inexistência de vias de transporte e a distância de mercados consumidores, dificuldades não superadas totalmente até a atualidade.

A partir do crescimento da produção da agropecuária surgiram os moinhos (consórcio entre trigo e milho com a moagem), pequenos laticínios e outras indústrias artesanais, o que impulsionou o comércio interregional e extrarregional. O processo de industrialização de produtos de origem vegetal (trigo), que posteriormente entrou em decadência, e de animal (suínos) se ampliou e gerou o atual modelo agroindustrial, fortemente vinculado ao mercado das maiores cidades, no âmbito nacional (KONRAD e SILVA, 2012).

Essas atividades foram importantes, uma vez que também tinham uma função complementar na produção da pecuária, especialmente de suínos e aves. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, houve a reestruturação do espaço do Oeste Catarinense para o modelo agroindustrial, sendo que a indústria alimentícia passou a ser o principal fator de organização do território (BAVARESCO, 2005). Difundida em grupos sociais dominantes no território que não distinguia a “identidade econômica” dos produtores – colonos – esse modelo foi fundamental para a ampliação de um processo de urbanização concentrado e disperso (BERNARDY, MONTEIRO e ZUANAZZI, 2008).

O principal suporte econômico embasado na produção familiar rural atrelado à indústria alimentícia do Oeste Catarinense tornou-se gradativamente “seletivo” o que fez com que expressivos contingentes populacionais rurais migrassem para novos espaços, especialmente urbanos, tanto locais quanto regionais e nacionais, o que configurou as desterritorialidades sobre o espaço geográfico (TESTA et. al., 1996).

De acordo com Mior (2005) este sistema de produção apresentou uma incompatibilidade crescente entre as estratégias de especialização e escala padronizada para a produção familiar, por parte da agroindústria, e a situação vivida pelos agricultores familiares e seus sistemas diversificados. Existia, portanto, um ciclo não sustentável no desenvolvimento da agricultura familiar a sua forma de inserção na economia regional.



A partir dos anos 1980, por um lado, por diversas causas, entre as quais a reorientação estratégica da grande agroindústria com vistas ao mercado globalizado, que passou a concentrar a produção de suínos em um pequeno número de estabelecimentos rurais, verifica-se a exclusão de muito agricultores familiares. Por outro, os grandes frigoríficos propiciariam um ambiente para a formação de um *cluster* que criou condições para o surgimento de pequenas agroindústrias localizadas, oportunizando condições de que aqueles excluídos (e outros empreendedores de menor porte) ocupassem os espaços de mercados deixados por essas grandes agroindústrias (SANTOS JUNIOR, 2011).

Este ambiente gerou uma nova dinâmica econômica e social que recupera e revaloriza formas artesanais de processamento e permite a criação de novos mercados para os produtos da agroindústria familiar (FERRARI et. al., 2013). Neste sentido, os agricultores familiares do Oeste Catarinense são protagonistas de um consistente movimento de formação de pequenas agroindústrias rurais como forma de alcançar mercados que possibilitem maior autonomia e geração de valor nas cadeias em que participam. Para Mior et. al. (2013) após os anos 1990 a aposta da agroindustrialização como estratégia de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento do espaço rural, ganhou legitimidade favorecendo o surgimento e difusão destas novas formas de organização da produção e inserção no mercado (MIOR, 2005; DORIGON, 2008).

Na região do Oeste Catarinense, existem atualmente 117 agroindústrias familiares, segundo informações da EPAGRI (2014). Cerca de 60% são formais e 40% em processo de formalização ou informais. Observa-se maior concentração de agroindústrias no município de Chapecó (55 agroindústrias), que possui a função de polo regional, mas que também reflete as políticas públicas pretéritas, através do executivo municipal, que incentivou a formação e ampliação deste modelo de produção, inclusive com a disponibilização de pontos no espaço urbano para comercialização direta através das feiras livres. Em todos os demais municípios da região, com exceção de Jardinópolis existe, no mínimo, uma modalidade de agroindústria.

A região do Oeste Catarinense se caracteriza como um espaço multifuncional e em mutação, pela agregação de novas atividades econômicas que se aproveitam dos potenciais naturais. A economia regional é altamente dependente da agropecuária, dela também procedem as principais razões que apontam para a necessidade de reorientar o desenvolvimento, diretamente relacionada à fragilização da agricultura familiar (baixo rendimento e escassez de mão de obra). Entre as debilidades regionais citam-se: a pulverização fundiária, escassez de terras nobres, grande distância de mercados



consumidores, esgotamento dos recursos naturais, a concentração produtiva e a baixa produtividade do trabalho (TESTA, et. al. 1996).

Particularmente, desde o início da década de 2000, ocorre o deslocamento da produção agroindustrial de aves e suínos para o centro-oeste e sudeste do país, em decorrência da busca por custos menores principalmente para os insumos, além de melhores condições de estrutura viária. Este fato tornou-se uma das preocupações manifestadas pelas lideranças dos principais setores econômicos e de lideranças públicas da região. Como a base econômica está fortemente baseada na agroindústria, a perda de competitividade desse segmento aponta para a tendência de depressão econômica regional em cenários futuros.

Considerações finais

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Tendo em vista os processos de reestruturação capitalista e o aumento da vulnerabilidade social e econômica, diversas iniciativas tem se voltado ao incremento da diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar. Nesse sentido, várias estratégias de desenvolvimento, determinadas por dinâmicas econômicas endógenas, têm sido identificadas:

- As regiões tendem a se adaptar aos novos cenários de integração, tanto na produção quanto na sua organização, sem descartar as marcas da sua historicidade. Enquanto boa parte das agroindústrias convencionais da região buscam insumos e matérias primas externos à propriedade e à região, as agroindústrias familiares potencializam a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais.

- Na atualidade, determinadas configurações apresentam-se para o espaço regional dos municípios em pauta: processos de desvitalização de expressivos espaços rurais determinados pelas mobilidades regionais, que têm causado uma homogeneização nas atividades econômicas; estabilização e retração urbana de pequenas cidades; concentração populacional em determinados centros urbanos de maior porte e surgimento de novas dinâmicas econômicas.

- A constituição de agroindústrias familiares pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para



a subsistência da família rural, o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

- A continuidade da trajetória da agroindústria familiar dependerá da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias produtivas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O tortuoso caminho da sustentabilidade**: tendências recentes da agricultura na Região Sul. Agricultura Sustentável- AGENDA 21. São Paulo, 1999.

BAVARESCO, Ricardo. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó (SC): Argos, 2005.

BERNARDY, Rógis J.; MONTEIRO, Ricardo R. & ZUANAZZI, Jeancarlo. **Território, planejamento e gestão: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC**. Chapecó/SC: Palotti, 2008.

DREHER, Martin. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: EDUSP, 2003.

ETGES, V., DEGRANDI, J. **Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade**. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. FURB, v. 1, n. 1, 2013.

FAO/IN CRA. **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação**. Edição Especial, Brasília: Brasil, 1996.

FERRARI, D. L., MIOR, L. C., MARCONDES, T., MONDARDO, M. **Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do estado de Santa Catarina, Brasil**. In: VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados. **Anais** ...Florianópolis –SC, maio 2013.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed Unesp, 1991.

GÖRGEN OFM, Frei Sérgio Antônio, **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF e AGB-Niterói, 2002. p.17-38

KARNOPP, Erica. **Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro.** In: *Redes*, v. 17, n. 2 (2012).

KERSTENETZKY, C. L. Sobre Associativismo, Desigualdade e Democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 53, 2006.

KONRAD, Joice; DA SILVA, Clécio, Azevedo. **“Agricultura familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração”** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: territórios em disputa – os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia (MG), 2012.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MIOR, Luiz C. **Agricultores familiares, Agroindústrias e território:** A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIOR, Luiz C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Florianópolis/SC, 2007.

MIOR, Luiz C.; FERRARI, D.L.; MARCONDES, T.; MONDARO, M. **REDES E AGROINDÚSTRIAS: As inovações organizacionais dos agricultores familiares catarinenses e os novos mercados em Santa Catarina.** In Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia (SOBER), 51º Congresso, Trabalho 1962, **Anais...** Belém - PA, 2013.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó/SC: Argos, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, H. **Criando as condições para a valorização dos territórios.** In: MDA Referencias para o desenvolvimento territorial sustentável. Texto para discussão 4. 2003.

RENK, Arlene. **Migrações:** de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS JUNIOR, S. **A influência dos fatores econômicos, institucionais e sociais na inserção das agroindústrias rurais no mercado:** um estudo no Meio-Oeste de Santa Catarina. 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Agronegócios), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.



SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2001.

SANTOS, M. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. In: Cadernos IPPUR, UFRJ. Ano XIII, nº 2, agosto/dezembro, 1999. p.15-26.

TESTA, Vilson M. et. al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Claudia. **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas Ed. Ulbra, 1994.

TRENTIN, I. C. L. **Avaliação e Acompanhamento da Gestão de 20 Agroindústrias Familiares da Região das Missões/RS**. São Luiz Gonzaga, 2002.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu. **A colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.